



# CEARÁ

Encontro marcado  
com o futuro

Lúcio Alcântara





**SENADO FEDERAL**



**CEARÁ**

**Encontro marcado  
com o futuro**

**Senador Lúcio Alcântara**

**Artigos Publicados  
na Imprensa**

**Brasília – 1997**

Editado pelo gabinete do  
**Senador Lúcio Alcântara**

Projeto editorial:  
**Ricardo Alcântara**

Programação visual  
e diagramação:  
**Carlos Wagner**

Secretaria-Geral:  
**Celso Machado**

Impressão:  
**Secretaria Especial  
de Editoração e Publicações**

# SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO

O Ceará em primeiro lugar	5
O que mudou no Ceará	7
Ruínas em construção	15
O Vale do Curu	21
Sobre o Cariri	25
O Caso Apodi	31
Um novo Ceará	37
Um síndico não basta	43
Pensar a cidade	49
Fortaleza pode mais	55
Reforma Agrária	61
Projeto de Transposição	67
A questão dos fosséis	73
Reforma solidária	79



## O Ceará em primeiro lugar

Quando percorri o Ceará em campanha para o Senado, levei a toda parte o compromisso de, durante o mandato que o povo ali me conferisse, colocar “O Ceará em primeiro lugar” nos oito anos em que estivesse investido da condição de um representante parlamentar da minha terra junto aos poderes da República.

De fato, nestes dois anos e alguns meses iniciais de mandato, tem sido um eixo fundamental na minha atuação “zelar”, como me pronunciei na tribuna do Senado em meu primeiro discurso, “pela posição do Ceará na busca de um mais equilibrado funcionamento do concerto entre os estados federados”.

Nossa realidade sócioeconômica, como é do conhecimento de todos, exige investimentos, apesar do progressivo quadro de melhorias conquistadas nos dez anos recentes. Há um lento processo de descentralização econômica que beneficia o Nordeste e, em particular, o Ceará, que tem aproveitado melhor as oportunidades que as circunstâncias históricas nos oferecem. Mas estamos distantes de um perfil de equilíbrio social, nem diria ideal, mas sequer próximo daqueles índices apresentados pelas demais regiões brasileiras.

Mas não tem sido uma tarefa árdua defender os interesses do Ceará. O movimento

de mudanças políticas, liderado pelo atual Governador Tasso Jereissati, nos devolveu credibilidade, e hoje somos uma referência para um elenco inumerável de questões com que se debatem outros estados brasileiros.

A maior parte dos grandes investimentos infra-estruturais que o País desenvolve no momento está aqui, como a construção de um aeroporto internacional e de um porto marítimo, de uma enorme reserva hídrica como o Castanhão e um complexo siderúrgico de primeira linha. Isto sem falar no acelerado processo de industrialização, com a interiorização dos meios de produção e a conseqüente desconcentração econômica e populacional.

O Ceará que hoje defendemos em Brasília ainda é um Estado pobre. Mas hoje já não pedimos apenas um auxílio solidário à nação: exigimos a justa cota de confiança e investimento que os cearenses fizeram por merecer.

É disto que se trata esta coletânea de textos, sumarizados a partir de pronunciamentos realizados na tribuna do Senado Federal e de artigos publicados na imprensa.

**Lúcio Alcântara**

## **O que mudou no Ceará**

*Neste ensaio, o Senador Lúcio Alcântara discorre sobre as circunstâncias que levaram Tasso Jereissati ao Governo do Estado, em 1986, e a trajetória do Projeto de Mudanças no Ceará até o seu retorno ao Executivo estadual, em 1994.*



Em 1986, o Ceará elegeu Governador do Estado, em condições especiais de mudanças no curso da história do País, a jovem liderança de Tasso Jereissati, que chegava ao poder como representante de um pouco experiente grupo de empresários com pouco mais de trinta anos de idade, mas com uma singular percepção de que aquela era a oportunidade que precisavam para intervir no processo administrativo do estado, alterando substancialmente o modelo de gestão e as suas perspectivas de desenvolvimento.

Disse que eram especiais as condições que o elegeram e foram. O PMDB, partido que representara durante todo o período de exceção o amplo arco de tendências oposicionistas, era, agora, governo, e detinha a maior parcela de controle sobre os desdobramentos políticos do processo de redemocratização, aliado que era do PFL na Aliança Democrática que dava sustentação ao Governo José Sarney, que sucedeu a Tancredo Neves nas circunstâncias dramáticas que são do conhecimento de todos.

Um até então bem-sucedido plano econômico havia alterado profundamente as expectativas dos brasileiros e sustado momentaneamente o ciclo inflacionário que se agravava desde a crise do petróleo em 1973, época em que o núcleo do poder militar decidira promover um amplo processo, "lento, seguro e gradual", como se proclamava à época, de abertura política.

O Plano Cruzado dava ao partido de Ulysses Guimarães condições de eleger os governadores de 21 estados brasileiros e garantir a hegemonia do processo que culminou com a bem-sucedida promulgação de uma nova Constituição e a consolidação do Estado de Direito no País. Assim surgiu o Governo Tasso Jereissati, início de um novo estágio de desenvolvimento do Ceará e marco de profundas mudanças na cultura política do Estado.

Seria um enorme equívoco, contudo, supor que o sopro mágico do Cruzado fosse capaz de, por si, romper as barreiras de poder que se interpunham aos objetivos daquele arrojado grupo de jovens oriundos do Centro Industrial do Ceará. O grande mérito que hoje se pode identificar no sucesso eleitoral de Tasso foi o talento político com que adaptaram às condições locais em seu discurso de mudanças uma aspiração ampla da sociedade brasileira.

É verdade. Com o apoio de uma bem montada estrutura de *marketing* e métodos científicos de produzir uma campanha eleitoral, souberam nomear seus adversários, trazê-los à luz de uma fácil identificação por amplas

camadas da população e tornar assimilável sua mensagem de mudanças nos costumes políticos e combate ao quadro de pobreza absoluta dos homens e mulheres do interior e da capital.

Quando chegou ao Governo, Tasso encontrou o caos. O Estado gastava 110 por cento de suas receitas. A capacidade de investimento do governo era nula. Privilégios acumulavam-se em todas as esferas do poder estadual. Aparelhagem pública servia de apoio às atividades privadas de pessoas influentes. Fortes interesses teriam de ser contrariados, caso pretendesse sucesso na décima parte do que prometera combater.

A modernização da máquina arrecadadora, com a moralização dos processos fiscais e a racionalização extrema no dispêndio com custeio do aparelho público, além do tenaz combate aos privilégios salariais injustificáveis marcaram o início daquela gestão de difícil operação política, mas que concluiu seu mandato deixando o Estado com capacidade de investir até 35 por cento em média de sua receita em programas de resgate social de marcante presença na vida do Ceará de hoje, como os internacionalmente premiados agentes de saúde, e outras iniciativas que justificaram plenamente o compromisso firmado em campanha de governar com a atenção voltada para o combate às péssimas condições de vida de grande parte da população cearense.

O resultado eleitoral da sua própria sucessão foi uma das maiores obras do Governo Tasso. Grande parte da classe política

estava profundamente ressentida com a limitação que aquele governo impôs à sua capacidade de manobrar eleitoralmente com os recursos do Estado. Uma parte expressiva dos meios de comunicação evidenciavam as possíveis falhas administrativas e minimizavam os efeitos a médio prazo que teria a sua ação política.

Os setores de esquerda, que em grande parte aderiram com entusiasmo ao projeto das mudanças no curso dos acontecimentos eleitorais, sucumbiram solidários às razões do corporativismo, fechavam os olhos aos inegáveis avanços sociais do Governo e se ressentiam, não sem uma razoável parcela de razão, com o circunstancial distanciamento que as lideranças daquele processo tomaram dos setores mais organizados da sociedade civil. Mas Tasso tinha o principal: o povo compreendeu.

Compreendeu e fez seu sucessor uma das mais promissoras revelações políticas do País, *Ciro Gomes*, que em pouco mais de um ano conquistou a confiança dos cearenses com uma administração arrojada à frente da Prefeitura de Fortaleza e creditou-se com o mais adequado perfil para representar as possibilidades de avanço no processo de realização do discurso mudancista de Tasso Jereissati, Beni Veras e Sérgio Machado, apenas para citar aqueles que vieram para o *front* da atividade pública.

Naquele momento, integramos a chapa de *Ciro Gomes* na condição de candidato a Vice-Governador, indicado pelo partido a que

pertencíamos, o PDT, e iniciei no curso de uma exaustiva campanha eleitoral uma aproximação, não apenas com a geração de um Ceará melhor, mas com as convicções democráticas e de compromisso popular as mais profundas e pessoais que formei no curso de minha experiência pública, distanciando-me gradualmente das excepcionais circunstâncias objetivas em que realizei a primeira fase da minha carreira política.

Ciro Gomes concluiu o marcante projeto de preservação do Rio Cocó iniciado na gestão anterior. Promoveu um programa intenso de melhoria na estrutura hídrica do Estado, do qual Ibiapaba é um eloqüente exemplo. Deu início a esta obra pela qual os cearenses haverão de prestar grande reconhecimento nas disputas eleitorais deste ano, se quiserem fazer justiça com suas lideranças mais expressivas, que é o Sanear. O homem que fez um rio, o Canal do Trabalhador, soube dar dimensão material à viva expressão de mudanças que representou o Governo de seu antecessor. E sucessor.

O projeto de mudanças, com o novo Governo de Tasso Jereissati, atinge um estágio de maturidade. Agora, são as linhas gerais de uma estratégia de desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda, com a descentralização econômica e o impulso à modernização no interior do Estado que define o perfil matricial da atual gestão. O Ceará, que alcançou enorme prestígio no país e no mundo atento às novas oportunidades de crescimento, começa a atrair volumes expressivos de investimentos industriais e joga

com o peso de sua credibilidade política para trazer para cá obras estruturantes.

Paralelo a isso, Tasso Jereissati resgata, em condições políticas mais favoráveis, uma das bandeiras mais empolgantes daquela campanha histórica de dez anos atrás – o compromisso da participação. É o que realiza com correta tradução prática os atuais conselhos regionais e da cidadania espalhados por toda parte. Através desses núcleos de participação, a sociedade é um elemento ativo na formação das políticas públicas, em que a transparência supera o clientelismo e as necessidades reais da sociedade prevalecem sobre os interesses menores de grupos privilegiados.





O Ministro do Planejamento, José Serra, tocou numa questão importante, quando afirmou ser um grande problema do País o volume inacreditável de obras inacabadas. Para usar uma boa frase do ministro, "são esqueletos que fazem do Brasil um cemitério de obras". Logo nós, que tão pouco temos!

É com satisfação que ficamos sabendo ser um ponto de vista do ministro a necessidade de concluir essas obras, para que possam dar retorno econômico e social aos investimentos realizados, pois poucos estados se enquadram melhor no exemplo de José Serra quanto o Ceará.

Aqui estão cinco barragens de médio porte, praticamente concluídas. Esse praticamente é a nossa desgraça: paralisadas, sofrem de destruição contínua, por erosão e outros fatores, causados, sobretudo, pelas chuvas dos últimos dois anos.

Do valor total das obras, 80 por cento já foram aplicados. Em números, é um contingente populacional de 150 mil pessoas

que já poderia estar se beneficiando com a irrigação de 13.600 hectares, a produção de aproximadamente mil toneladas de pescado, gerando uma receita bruta nunca inferior a 65 milhões de reais. E o que falta para concluir as obras? 4,4 milhões de reais, ou, se preferem, apenas 6,7 por cento daquela receita que estamos deixando de gerar.

Além de barragens, temos obras inconclusas de irrigação, como Araras-Norte, Jaguaribe-Apodi e Curu-Paraipaba. Em conjunto, possuem uma área irrigável de dez mil hectares, onde já foram investidos 48 milhões de reais, ou 75 por cento do valor total das obras. Por estarem paralisadas, estão deixando de gerar uma receita bruta de 45 milhões de reais – perceba: quase o valor gasto até o momento – e deixando de ofertar 30 mil empregos numa das regiões mais pobres do planeta.

São projetos com modelo de gerenciamento que difere das experiências tradicionais de paternalismo estatal, sem um plano de capacitação profissional dos colonos e que resultaram em rotundos fracassos. Os projetos citados serão explorados em moldes empresariais e em regime de autogestão, com grande capacidade multiplicadora de oportunidades produtivas complementares, como é possível observar nos bem-sucedidos projetos de fruticultura em Juazeiro e Petrolina, por exemplo.

Assim como as barragens, os projetos de irrigação situam-se em regiões hoje exportadoras aceleradas de contingente

desqualificado de mão-de-obra para os serviços urbanos, que formaram somente em 1974, segundo levantamentos da CNBB, oitenta novas favelas na capital cearense, gerando um repertório trágico de problemas, como violência urbana, prostituição infantil, mendicância, infância abandonada, agravamento de problemas sanitários e de saúde.

Estamos inteiramente solidários aos esforços governamentais de equilibrar o orçamento federal, porém o investimento na conclusão dessas obras aponta com possibilidades concretas de elevado retorno econômico. Em Brasília, temos intensificado contatos na área federal no sentido de estimular as decisões que, em boa hora, o Ministro José Serra declara tão necessárias como nós, cearenses, sabemos que são.



## **O Vale do Curu**

*A região cearense do Vale do Curu, origem familiar de Lúcio Alcântara e onde mantém forte liderança, vem recebendo pesados investimentos em infra-estrutura dentro dos programas de desenvolvimento do Governo Estadual.*



Amanhã, em São Gonçalo do Amarante, o Governador Tasso Jereissati entrega as obras de restauração de 37,35 quilômetros de estradas na região do Vale do Curu e lança os editais de licitação para a construção de trechos da malha estruturante da Translitorânea, parte inicial do que está previsto no Prodetur, que ligará a capital às áreas de forte atração turística do litoral oeste do Estado.

São obras que, juntas, somam mais de 6,5 milhões de reais, numa clara sinalização de que está em curso um processo de revitalização de uma das mais promissoras regiões cearenses e que hoje se destingue das demais no tocante aos problemas de estagnação econômica e difíceis condições de vida da população.

A percepção que tem manifestado esse Governo das corretas linhas estratégicas de desenvolvimento certamente tornarão exitosos os esforços de incrementar as atividades relativas ao turismo naquela região, devido ao

fácil acesso, ambiente propício, clima estável por todo o ano e a vocação própria de sua gente.

São, porém, mais diversificadas as linhas de crescimento projetadas para a região. Problemas de baixa profundidade e encravamento na malha urbana desaconselham maiores investimentos no porto do Mucuripe. Realizados os estudos necessários para a construção de um novo porto, a área localizada como ideal para o empreendimento é o Pecém, com águas profundas de até dezessete metros.

A um custo estimado em torno de duzentos milhões de reais, o novo porto permitirá a instalação de indústrias na região, como a já negociada produção siderúrgica com investimentos privados. As obras deverão iniciar-se logo no próximo ano, dando início a uma fase de acelerado desenvolvimento a todos os municípios da região.

Senador de todos os cearenses, não poderíamos, entretanto, nos furtar de dedicar os melhores esforços para apoiar as medidas oportunas que o Governo Estadual vem tomando a favor do Vale do Curu, onde será possível demonstrar a curto prazo como é possível mudar o perfil socioeconômico do Ceará.

## **Sobre o Cariri**

*Lúcio Alcântara defende o resgate de um projeto de desenvolvimento para uma das regiões tradicionalmente mais prósperas do Ceará e anota a ação do Governo do Estado em favor do Cariri.*



Recentemente, estive na região do Cariri para discutir com lideranças locais um projeto de lei que pretendo apresentar sobre sítios fossilíferos. O assunto é de interesse local: ali encontra-se um dos maiores sítios paleontológicos do País, na Chapada do Araripe.

Percebe-se que a população da região, uma das mais ricas em recursos naturais e tradições culturais do Ceará, passa por um período de baixa-estima em virtude de uma certa estagnação econômica e perda de poder político que sempre lhe foi peculiar.

O Cariri compreende 33 municípios ao centro-sul cearense. Tem fronteira com quatro outros estados da região e abriga pouco menos de um milhão de pessoas em seus quase 20 mil quilômetros quadrados. A presença da Chapada do Araripe, com sua flora e fauna peculiares e mananciais de águas perenes faz com que a região difira totalmente do semi-árido nordestino.

A partir do final do século passado, o Cariri foi grande celeiro produtor de alimentos e entreposto comercial para os sertões, constituindo-se numa das mais vigorosas praças do Nordeste. Até a década de 70, esteve sua economia fortemente atrelada à agro-indústria do algodão. Dizimada a cotonicultura com a praga do bicudo e o incentivo à importação do algodão *in natura* do exterior, ressentiu-se hoje a economia local de uma atividade sucessora que lhe assegure sustentabilidade.

É importante observar que o processo de interiorização de atividades produtivas já reduziu a participação de Fortaleza no bolo da arrecadação tributária, que respondia por 56 por cento do ICMS em 1992, e hoje tem seu percentual reduzido a 49 por cento.

O Cariri, por tudo que representa para o Ceará, não poderia deixar de contar com o empenho das principais lideranças políticas estaduais na participação dos benefícios deste oportuno processo de descentralização da nossa economia.

Para reafirmar a prioridade que a região representa para a economia cearense, o Governador Tasso Jereissati anunciou recentemente que, devido a acordos firmados, dentro de 90 dias uma fábrica da Grandene começará a produzir calçados esportivos no município do Crato, gerando cerca de 1.200 empregos diretos.

É ainda compromisso do governo buscar, dentro do programa de interiorização industrial, novas oportunidades empresariais

para a região. Um bom exemplo é que o Prodetur está incluindo o Cariri nas opções de turismo ecológico e religioso, como extensão dos pacotes promocionais que operam no exterior para a capital e o litoral cearense.

Mas a região reivindica, e com razão, um elenco de medidas, tais como a homologação do Aeroporto Regional para pouso por instrumentos, a construção da estrada Cariri-Lavras da Mangabeira, que encurta a distância da região a Fortaleza, a implantação de um pólo de fruticultura irrigada, bem como a demanda de tarifa única de telefonia para as áreas de Juazeiro-Barbalha-Crato-Missão Velha-Caririaçu.

Estas não são reivindicações regionais. A todo o Estado interessa o desenvolvimento sustentável do Cariri. Como representante cearense no Senado, a região sabe que pode contar comigo.



## **O Caso Apodi**

*A inadimplência do projeto de irrigação Jaguaribe-Apodi e as alternativas de recuperação desse “sonho cearense” são colocadas aqui, com a defesa de um maior investimento privado na região.*



O *Povo* publicou recentemente reportagem sobre o Projeto de Irrigação Jaguaribe-Apodi, no qual pedia o fim da acomodação e conivência. As informações sobre a inadimplência desse projeto, recente e de alto custo, pensado dentro de um modelo inovador, provocaram uma ampla discussão em fóruns de parceria, como o Pacto de Cooperação e o Conselho de Desenvolvimento Sustentável.

Nos anos setenta, decidiu-se que o Estado deveria investir forte na criação de infraestrutura para massificar a irrigação através de perímetros. O conceito predominante na época, de que "o Estado tudo pode", influenciou um modelo de intervenção inadequado, com uma forma de atuação paternalista e perdulária.

Quando o Estado não conseguiu mais subsidiar, pelo esgotamento financeiro, veio à tona a falta de sustentabilidade desses perímetros, hoje sucateados, com agricultores mantidos em um padrão de vida semelhante aos que praticam a agricultura de seguro. Che-

gou-se à conclusão de que os atuais perímetros deveriam ser emancipados, como distritos de irrigação da iniciativa privada e a construção de projetos com atividade econômica auto-sustentada.

O Jaguaribe-Apodi foi concebido dentro dessa nova estratégia. Previa um "projeto piloto" para avaliar, em amostragem, os vários aspectos de seu desenvolvimento em novas etapas. O fato é que apenas a primeira etapa foi concluída e, mesmo assim, funcionando com apenas 32% de seu potencial.

O projeto, com quase todas as obras civis já concluídas, não se viabilizou financeiramente e a cooperativa deve ao BNB R\$1,2 milhão. Aí cabe uma reflexão: como seria possível tornar rentável um projeto com culturas poucos nobres e sem uma agroindústria de processamento? Ali, cada uma das 320 famílias que paga vinte reais por hectare tinha um custo fixo em quarenta e quatro reais!

A meu ver, é preciso concluir a segunda etapa, denominada de Área Empresarial e que deveria ter se constituído como área inicial do projeto. Empresas âncoras, detentoras de faixas seguras de mercado, dariam aos proprietários de pequenos lotes a garantia de compra de sua produção.

Mas há aspectos que extrapolam as circunstâncias específicas do Jaguaribe-Apodi. A reformulação da Lei de Irrigação, em andamento no Executivo, que permitirá em alguns casos a implantação de cem por cento de lotes empresariais em áreas de intervenção pública, hoje restrita a 25 por cento, é uma medida que não pode ser postergada.

A viabilização de um programa de interligação de bacias, incluindo a Transposição do São Francisco e uma decisão definitiva para o problema criado com a extinção do DNOCS, a quem pertence o acervo e a continuidade do projeto, são outras ações, entre muitas, que aguardam mobilização e vontade política dos agentes mais ativos da região.

Somente assim os investimentos terão retorno econômico e social, não se constituindo em agravo aos contribuintes do País, mas favorecendo o desenvolvimento nacional e diminuindo as desigualdades regionais.



## **Um Novo Ceará**

*Lúcio Alcântara destaca a importância da construção de uma siderúrgica no Ceará e o processo de interiorização do desenvolvimento como fatores de fortalecimento da economia regional.*



O Governador Tasso Jereissati assinou no início deste mês protocolo de intenções para a construção de uma siderúrgica em Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante, onde será também construído um novo porto.

Cada vez mais, grandes projetos industriais se instalam no Ceará, como resultado de todo um processo de mudanças por que vem passando o Estado nos últimos dez anos. Somente a partir do segundo semestre de 1991, até agora, já somam investimentos diretos de 4,8 bilhões de dólares, com a criação de sessenta mil empregos diretos e mais 264 mil indiretos.

Somente no ano passado, a política de incentivos do Governo para ampliação do setor industrial criou um volume de empregos em 150 por cento maior que as ocupações criadas pelo Distrito Industrial de Fortaleza nos últimos vinte anos.

Nos dez anos recentes, a que nos referimos, o Produto Interno Bruto cearense cresceu 39 por cento, com participação no PIB nacional acrescida de 1,6 para 2,2 por cento. Vale ainda sublinhar que a participação do PIB industrial no índice total do Ceará supera hoje a média do Nordeste, que é de 28 por cento, e equipara-se ao nível médio nacional, de 36 por cento. A renda *per capita* do Ceará, que correspondia há dez anos a 33 por cento da média nacional, hoje chega a 62 por cento.

Somos o maior Estado consumidor de laminados planos do Nordeste, com capacidade instalada para processar o dobro do volume atual, que já representa 48 por cento de todo o consumo da região. Com a implantação da Companhia Siderúrgica do Ceará, nos credenciamos a ser um dos pólos de produção no setor metal-mecânico mais importantes do País.

A CSC vai incorporar tecnologia moderna, com processo compacto e revolucionário a partir de gás natural, que é uma fonte de energia barata e limpa. Em pouco tempo, a companhia vai gerar 20 mil empregos diretos nos setores de autopeças, linha branca e outros.

Áreas do Estado como São Gonçalo do Amarante serão, em pouco tempo, sociedades mais dinâmicas, com mão-de-obra empregada e melhor remunerada, com reflexos positivos sobre a distribuição espacialmente mais equilibrada da população, atenuando os fluxos migratórios para a capital, com a atração de contingentes humanos de outras áreas menos privilegiadas do Estado.

As mudanças começaram há uma década. Mas, a partir de agora, elas começam a ser percebidas com maior evidência na dimensão cotidiana da vida das pessoas, principalmente as camadas mais pobres, que dependem de emprego estável e melhor remunerado.



## **Um síndico não basta**

*Às vésperas do início do processo em que os partidos começaram a definir seus candidatos à Prefeitura de Fortaleza, em 1996, Lúcio Alcântara defende um perfil moderno e participativo para um novo gestor da capital cearense.*



Tenho acompanhado pelos jornais as reflexões que analistas políticos e profissionais de comunicação têm feito sobre o quadro de expectativas que estão mobilizando a atenção dos eleitores para as eleições deste ano.

Em busca de definir um perfil básico para o “prefeito que a cidade deseja”, é comum observar entre especialistas o ponto de vista de que o eleitor não deseja a politização do debate eleitoral e está cada vez mais afinado com mensagens que ofereçam soluções objetivas para os problemas imediatos do seu dia-a-dia.

Até aí concordamos. Sem dúvida que a crise das ideologias remete o debate político para questões de ordem prática. O pragmatismo está em alta. Mais do que nunca, vale a máxima de Deng Xiao Ping, de que “não importa a cor dos cães, desde que latam”.

Mas é um exagero admitir que tudo que os cidadãos urbanos desejam para a sua cidade é um “sindicato”. Mesmo porque síndicos gerenciam obras prontas, e a cidade é um uni-

verso em construção – e desconstrução – permanente.

A noção de que o prefeito é apenas o gerente de um limitado repertório de serviços, e que sua autoridade acaba onde o calçamento alcança, é um equívoco que se presta cada vez mais a um modelo de gestão onde os interesses privados se sobrepõem aos coletivos.

É fácil, para os setores mais fortes da economia, operar seus negócios numa cidade onde o gestor é um mero síndico, desprovido de vontade política e noção planejadora. A ele, parecem dizer: “abra ruas e avenidas e deixe o resto com a gente”.

Uma gestão aberta, transparente e responsável, deve criar estruturas capazes de permitir ações articuladas da cidadania e estimular a parceria com a iniciativa privada em ações de interesse comum, sem confundir os interesses legítimos do desenvolvimento privado com seus objetivos comerciais mais imediatos.

É com a mobilização consciente dos agentes mais ativos da sociedade que se pode garantir ao gestor força para adotar medidas positivas, de investimentos orientados para o desenvolvimento equilibrado da cidade e a ocupação racional do solo, sem prejuízo para o ambiente e com reflexos favoráveis à qualidade de vida, inclusive das gerações futuras.

Se os recursos públicos são escassos, é preciso concentrar-se na ampliação de idéias e atitudes bem-sucedidas, atraindo recursos adicionais de organizações e instituições maiores e estabelecendo maior intercâmbio entre as diversas esferas do Poder Executivo.

Como se pode ver, uma boa gestão municipal, além das funções estritas de um síndico, é aquela capaz de perceber a identidade do conjunto social que habita aquele espaço urbano e aglutinar os agentes sociais com interesse e força para formular uma visão desejada da cidade.

Para tamanha tarefa, um síndico não basta.



## **Pensar a cidade**

*Desenvolver, também em Fortaleza, como em outras capitais, uma articulação dos diversos agentes sociais na formulação de uma estratégia em busca da "cidade que queremos". Uma iniciativa do Centro Industrial do Ceará que Lúcio Alcântara comenta aqui.*



Por iniciativa do seu presidente, Jorge Parente, o Centro Industrial do Ceará – CIC, promoveu no início do mês uma palestra de Rodrigo Lopes, um dos idealizadores do Plano Estratégico do Rio de Janeiro – o “Rio Sempre Rio”.

O encontro teve por objetivo discutir a possibilidade de desenvolver em Fortaleza uma articulação semelhante àquela, em que algumas centenas de cidadãos, representantes dos mais diversos setores da sociedade, pensam a sua cidade – como a observam e desejam, e o que pretendem fazer para que alcancemos os objetivos definidos.

No caso do Rio, o plano final foi apresentado com sete estratégias, 21 objetivos, 61 ações e 159 projetos, para que se possa atingir o objetivo central de tornar aquela cidade, até o ano 2004, uma metrópole com crescente qualidade de vida, socialmente integrada, respeitosa da coisa pública e que confirme sua vocação para a cultura e alegria de viver.

No nosso caso, ainda é forte a convicção de que é possível evitar a transformação de Fortaleza numa metrópole doente. É preciso enfrentar alguns desafios para consolidar sua atratividade e aprimorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Os responsáveis pela construção das cidades são chamados a intermediar as demandas do mercado com a lógica da cidadania. As transformações devem resultar do diálogo que leve em conta ao mesmo tempo qualidade de vida e competitividade, o que exige planejamento estratégico.

*Com relação à Fortaleza, a primeira grande questão a ser colocada é a enorme disparidade entre a população do interior e a sua, que corresponde a 29 por cento do total. Um segundo fato é que o habitante desta cidade é pobre, com 26 por cento das famílias com renda abaixo do nível de pobreza. Um terceiro fator é a extrema desigualdade entre as classes sociais. A renda apropriada por um por cento das pessoas de maior nível é maior que o total da renda dos 60 por cento mais pobres.*

Por falta de planejamento, Fortaleza tem ocupação efetiva em apenas 18 por cento da área municipal e ainda tem muitos vazios urbanos entre a franja da cidade e as regiões surgidas a partir dos novos conjuntos habitacionais. Este padrão de ocupação produz um crescimento ineficiente e de altos custos sociais.

Outro fator a ser levado em conta, é que apesar dos municípios da região metropolitana serem interdependentes, eles agem

normalmente de forma isolada. Problemas que requerem uma ação coordenada das várias unidades que integram a metrópole se agravam por falta de um criativo modelo de planejamento que envolva os governos municipais da área.

Uma articulada movimentação dos diversos agentes sociais poderá definir, estrategicamente, a Fortaleza que queremos. Ao contrário de algumas grandes metrópoles, no nosso caso ainda há tempo.



## **Fortaleza pode mais**

*Lúcio Alcântara discute os problemas de Fortaleza à luz das reflexões que acompanhou em Istambul, durante a Conferência Internacional Habitat II, e defende a participação da sociedade na formulação de políticas urbanas.*



É difícil para quem, como nós, dedicamos alguns anos à administração dessa cidade, resumir em algumas linhas o que representou aquela experiência e qual a contribuição que presumo termos dado à solução dos seus problemas e à identificação correta de suas vocações e oportunidades.

Demos de nós o melhor empenho. Mas o julgamento da história não ouvirá nossas ponderações. Cabe aos habitantes da cidade, e a seus estudiosos mais aplicados, avaliar a qualidade da nossa gestão, em face das condições objetivas de então.

Istambul, na Turquia, sediará a última grande conferência da ONU neste século – o Habitat II, onde as questões relativas ao desenvolvimento urbano serão discutidas pelas mais expressivas autoridades do universo político e acadêmico de todos os continentes.

Lá, terão a oportunidade de se debruçar sobre problemas da seguinte dimensão: na atualidade, 2,5 milhões de pessoas vivem em

idades no mundo inteiro. Isto representa 45 por cento da humanidade. Desse total, 500 milhões não têm simplesmente onde morar. Igual número reside em condições subumanas. Poluição e falta de saneamento matam dez milhões por ano.

E, para nós, habitantes de países em desenvolvimento, a pior notícia: em menos de vinte anos, 80 por cento da população urbana estará residindo em cidades do chamado Terceiro Mundo. Apenas para que se tenha idéia do que isto representa, será em muito breve necessário aumentar em 65 por cento a nossa capacidade de investimento em infraestrutura urbana, apenas para que possamos manter os níveis atuais de qualidade de vida, que são péssimos.

Com seus 700 mil favelados, Fortaleza é capital de um dos estados mais pobres de um país com reduzida capacidade de investimento. Seus habitantes não podem persistir no equívoco de angular suas expectativas futuras em um modelo de gestão operoso, é verdade, mas que se compraz em pulverizar recursos em pequenas obras de drenagem de pouca durabilidade e outras ações de caráter cosmético.

Desequilíbrios ambientais, degradação social, criminalidade crescente, trânsito caótico, desenvolvimento sob a ótica exclusiva de interesses privados, e não da sociedade em geral, são problemas que clamam por ações em profundidade. Aparências não conseguirão iludir a cidade por muito tempo.

Uma gestão moderna na Fortaleza de hoje não pode prescindir de uma articulada

presença da sociedade na identificação das suas necessidades e encaminhamento das soluções. A gestão municipal não pode apenas passar na calçada das pessoas. Precisa entrar em suas casas.

As cidades são muitas e seu povo, um só. É preciso perceber a especificidade de cada espaço, mas abordar de maneira integrada seus problemas, com programas multissetoriais. Ter, enfim, maior compreensão estratégica do seu processo de desenvolvimento e uma articulação produtiva com as outras esferas executivas de poder.

Somos pobres demais para querer tão pouco. Fortaleza pode mais.



## **Reforma Agrária**

*No início do seu Governo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso optou pelo Ceará para lançar o seu programa de Reforma Agrária. Lúcio Alcântara sublinha neste artigo as razões dessa escolha.*



Quis o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em reconhecimento à liderança administrativa exemplar que experimentamos no Ceará de hoje, iniciar pelo nosso Estado, em São João do Jaguaribe, o seu Programa Nacional de Reforma Agrária, que prevê a desapropriação de dois milhões e seiscentos mil hectares até o término do seu Governo.

Ao participar daquele evento, retomei algumas reflexões sobre o assunto, com o qual muito nos ocupamos durante a Assembléia Nacional Constituinte, da qual fizemos parte Fernando Henrique e eu. Foi o tema que despertou maior polêmica na ocasião. Do acirramento ideológico entre conservadores e representantes de esquerda, herdamos um texto que não atingia os objetivos da grande maioria dos parlamentares ali presentes.

Pior. Sem a regulamentação posterior do dispositivo constitucional, ficamos, desde outubro de 1988, sem nenhuma ação relevante no sentido de uma revisão da questão fundiária.

O Governo Itamar Franco ensaiou algumas medidas, eficazes, se considerados os limites de transitoriedade do seu mandato. Assume o Governo atual a tarefa de enfrentar o problema e promete fazê-lo com disposição.

Estudos recentes da FAO apontam um público potencial a ser atendido de cerca de 9 milhões de pessoas, ou 2,5 milhões de famílias sem acesso à terra. Se, por outro lado, olharmos para os exemplos históricos dos grandes países, veremos que não há possibilidade alguma de desenvolvimento equilibrado sem uma profunda revisão fundiária, com acesso à propriedade, crédito e assistência técnica.

No entanto, é preciso perceber a dimensão finita da Reforma Agrária. O direito à propriedade consagrado na Constituição obriga ao pagamento das terras desapropriadas. O limite maior está desde o princípio, na capacidade de indenização do país. A reforma, por si, não esgota a questão.

Em primeiro lugar, teremos que olhar de maneira privilegiada para o fortalecimento do pequeno produtor, a chamada "agricultura familiar". Estima-se em 2,5 milhões de pessoas nestas condições, a exigir um programa específico do Governo, desde os já citados crédito e assistência técnica até a garantia de preços e aquisição de produtos.

Outro aspecto importante é o da educação para a zona rural. Estudos demonstram que o agricultor com sua educação fundamental completa, o correspondente ao nosso 1º grau, produz, em igualdade de condições materiais, 70% mais que um produtor analfabeto. Sem um

programa educacional os esforços serão redobrados e os resultados incertos.

Por fim, é preciso observar ainda a manutenção e o fortalecimento de algumas culturas tradicionais, sobre as quais há um modelo experimentado e razoavelmente estável. O algodão no Nordeste, cuja produção caiu vertiginosamente, criou enormes bolsões de miséria nas capitais da região, sem capacidade de absorção de mão-de-obra nos incipientes setores de indústria e serviços. Poderia lembrar ainda o clamor dos produtores de cacau na Bahia e outros exemplos da necessidade de programas específicos para a recuperação dessas culturas tradicionais.

Mas nenhum destes entraves – crédito insuficiente, assistência irregular, infra-estrutura precária, instabilidade de preços, programas complementares inexistentes, etc. – devem ser motivo de protelarmos indefinidamente um programa de reforma agrária, desde que nos anime a consciência de que a mera distribuição de terras não nos conduziria à modernização nas relações de trabalho no campo, fator indispensável ao desenvolvimento de uma sociedade próspera e solidária.

É bom para o Brasil que o seu Presidente arregasse as mangas e enfrente este desafio. E é ótimo sinal para o Ceará que ele tenha iniciado a tarefa em nossa casa.



# **Projeto de Transposição**

*Lúcio Alcântara defende um modelo de agricultura irrigada com forte participação da iniciativa privada, como no Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco.*



No Ceará dos últimos anos conseguiu-se sanear o Estado. Adquiriu-se capacidade de investir. Conquistou-se a confiança e o acesso às fontes de recursos, no País e no exterior. Atraídos por essas condições favoráveis, a iniciativa privada, nacional e estrangeira, tem vindo aplicar os seus capitais aqui, gerando maior riqueza e mais oportunidades de emprego e renda.

Os frutos do desenvolvimento, no entanto, não atingiram ainda largas faixas da população. A excessiva concentração econômica em Fortaleza, com os crescentes ajustamentos populacionais na periferia são fruto da migração desordenada e refletem a precária situação no interior. É preciso um modelo equilibrado de desenvolvimento para que sejam melhor distribuídos os benefícios do progresso econômico.

O modelo agropecuário até aqui praticado, baseado nas culturas de subsistência, no algodão e na pecuária extensiva, faliu. É

inaceitável que no final do século XX ainda se pratique com predominância a agricultura de sequeiro, dependente de chuvas numa região semi-árida.

O novo modelo deve basear-se na agricultura irrigada e na pecuária com suporte alimentar garantido. No Ceará, estão identificados quatro pólos agroindustriais: Baixo-Jaguaribe, Curu-Acaraú, Cariri e as Várzeas do Iguatu. O programa deve iniciar-se nesses pólos com maior capacidade de resposta e que disponham de uma melhor distribuição espacial de infra-estrutura.

A função do Estado seria prover e complementar essa infra-estrutura e oferecer incentivos fiscais para atrair indústrias para os pólos selecionados, principalmente as de grande tradição no ramo e com largo acesso aos mercados.

Porém, nenhuma empresa será atraída se não forem oferecidos a esses agentes econômicos a disponibilidade continuada de água. Eles jamais viriam desenvolver uma agricultura moderna na dependência de chuvas eventuais e de açudes que entram em colapso por anos seguidos.

O projeto de transposição de águas do Rio São Francisco para os Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, elaborado há doze anos e revisto no final do Governo Itamar Franco, destaca-se entre as soluções apontadas.

Neste sentido, convoquei o Ministro Gustavo Krause para prestar esclarecimentos sobre o assunto, uma vez que foi esta uma

solene promessa de campanha do atual Presidente, Fernando Henrique, e por ela também me bati ao pleitear o mandato que agora exerço de Senador pelo Ceará, um dos Estados alcançados pelo projeto.

Estou convencido de que o desenvolvimento da região semi-árida exige atividades produtivas de elevada densidade econômica, viáveis somente com disponibilidade permanente de recursos hídricos. A oposição pouco solidária de outros estados da região deverá ser vencida com a mobilização da consciência isenta dos cidadãos em torno de esclarecidos argumentos, baseados na experiência bem-sucedida de outros países, inclusive do Terceiro Mundo.



## **A questão dos fósseis**

*Autor de um importante projeto de proteção aos sítios paleontológicos do Ceará, Lúcio Alcântara defende aqui a preservação deste rico acervo nacional.*



Venho há tempos discutindo com a comunidade científica a necessidade de medidas capazes de sustar a exploração em larga escala que tem levado ao esgotamento os depósitos fossilíferos do País. Estes depósitos não são inesgotáveis e resultam de eventos geológicos únicos, que jamais se repetirão.

Em quase cinqüenta anos de vigência, o decreto-lei que proíbe a exploração por pessoas não-credenciadas foi incapaz de, por si só, garantir a proteção que determina. Além de nunca ter sido regulamentado, traz distorções como a de proibir extração de peças sem se referir à comercialização.

Sem o devido controle, a exploração comercial não respeita o valor científico diferenciado de cada fóssil. O resultado é a perda para a ciência de espécies novas. É crescente a diminuição de amostras de rochas contendo espécimes fossilizados, os holótipos, em coleções de universidades e museus bra-

sileiros. A prosseguir esse processo, em breve os cientistas brasileiros terão de ir ao exterior, se quiserem estudar os nossos fósseis.

Outro fator relevante é o impacto ambiental provocado pela exploração indiscriminada. Feita com a abertura de grandes buracos, diminui a área agricultável, levando à erosão e assoreamento dos mananciais, além da destruição da fauna e flora.

Temos ouvido muitas ponderações sobre os prejuízos econômicos que uma proibição drástica traria para a população pobre e expressiva que vive da exploração de fósseis. É oportuno perguntar: quem lucra com esta atividade?

Na Chapada do Araripe, durante os períodos de seca os agricultores são compelidos ao trabalho de garimpar fósseis. Recebem um dólar americano por dez horas de trabalho. Nos principais centros urbanos do País, um nódulo de peixe fossilizado é vendido ao preço mínimo de quinze reais. Uma espécie nova de vertebrado atinge a cifra de oitenta mil dólares no mercado internacional, podendo chegar até a um milhão de dólares, como o caso de um espécime raro vendido no mercado japonês.

A crescente remessa ilegal para o exterior de fósseis de relevante interesse científico tem levado ao aquecimento de um mercado paralelo que despreza os princípios básicos dos profissionais que procuram desenvolver estudos em diversas áreas sedimentares do território brasileiro. Mais do que valores econômicos, vale salientar, o que

se perde são preciosas informações geológicas e um patrimônio cultural inestimável.

Como construção coletiva de cientistas, autoridades públicas, entidades civis e empresários da área de turismo, estamos apresentando no Congresso um projeto que, entre outras medidas relevantes, limita a exportação de fósseis e considera os sítios como Unidades de Conservação de Interesse Paleontológico (UCIP), classificados de semi-abertos e com proteção integral. O projeto prevê ainda sanções baseadas no Código Penal para crimes contra o meio ambiente.



## **Reforma solidária**

*Um novo modelo de distribuição de terras mediante a desapropriação de terras particulares improdutivas é lançado pelo Governo do Estado e adotado como alternativa pelo Ministério da Reforma Agrária. Lúcio Alcântara explica por quê.*



Enquanto os cearenses lançam olhares cada vez mais apreensivos aos céus, em busca de sinais que venham a desmentir presságios de um novo período de seca, os olhos dos homens que enfrentam em Brasília o grande desafio de acelerar o processo de Reforma Agrária se voltam para o Ceará, na observação de um novo modo de tratar essa questão, através do projeto São José. Graças aos resultados obtidos neste esforço do governo estadual, autoridades de El Salvador e Guatemala estiveram no Ceará conduzidas pelo Banco Mundial, que considera o projeto-piloto adaptável às condições de outros países também com problemas fundiários.

Nos últimos cinco anos, o INCRA assentou 4.200 famílias em 424 mil hectares de terras cearenses. Poucas foram as comunidades emancipadas economicamente e um grande percentual abandonou as áreas de assentamento. Grandes somas de recursos foram investidas com desapropria-

ções em áreas inadequadas à agricultura e as comunidades recebem todos os benefícios a fundo perdido de forma clientelista e não participativa.

Dentro do novo enfoque empregado aqui, o projeto já nasce juridicamente emancipado, pois é a comunidade que identifica, negocia e, finalmente, adquire o imóvel, que passa a ser propriedade de sua associação e não do Governo. Por este modelo, está se criando uma mentalidade de “mercado de terras” entre os trabalhadores rurais, que conseguem barganhar preços muito abaixo do atualmente praticados no modelo de desapropriação, que deve *permanecer para os casos de proprietários intransigentes e especuladores que não querem o diálogo.*

O Ministro Raul Jungmann, entusiasmado com o projeto, decidiu adotá-lo pelo País afora – a Reforma Agrária Solidária e negociou um novo contrato com o Banco Mundial para ampliar a experiência no Ceará e estendê-la inicialmente a outros quatro estados brasileiros.

Numa era de globalização, que tem no desemprego uma de suas mais preocupantes conseqüências, países com extensas áreas, como o Brasil, devem considerar prioritárias as ações que visem a democratização da estrutura agrária e a promoção de melhores oportunidades para a produção rural.

No momento de expectativa e apreensão, com o prenúncio de nova seca e grandes dificuldades para o homem do campo, a Reforma Agrária Solidária é o exemplo que o Ceará está dando de que as soluções para o País estão nas virtudes de seu próprio povo.

**Lúcio Alcântara**, Senador da República pelo Partido da Social-Democracia Brasileira, foi eleito para a Legislatura 1995/2002 e integra as seguintes comissões:

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Titular)

Comissão de Assuntos Sociais (Titular)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Titular)

Comissão de Assuntos Econômicos (Suplente)

Comissão de Educação (Suplente)

Comissão Especial para Reforma do Regimento Interno (Relator)

Membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.





**"Hoje já não  
pedimos apenas um  
auxílio solidário à nação:  
exigimos a justa cota  
de confiança e investimento  
que os cearenses fizeram  
por merecer."**